

GRITO DA TERRA BRASIL

Propostas ao governo do Estado

ACRE/2011: QUALIDADE DE VIDA PARA O HOMEM DO CAMPO E DA FLORESTA

Rio Branco AC, 16 e 17 de maio de 2011

Agenda Grito da Terra Brasil – Acre 2011: Qualidade de Vida para o Homem do Campo e da Floresta

O Grito da Terra Brasil é organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), as Federações e os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de todo o País, desde 1992, é um instrumento de pressão e luta que se legitima pela seriedade das pautas negociadas com o setor público a nível municipal, estadual e federal. A cada ano esse processo de busca por políticas públicas e ampliação de direitos para os trabalhadores rurais, avança.

No Acre, o Pacto Agrário, lançado pelo governo Binho Marques representou uma conquista dos trabalhadores rurais. Liderados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetacre) e apoiados pelo gabinete do então senador Siba Machado, os trabalhadores apresentaram uma proposta de política pública para promover a produção agrícola do Estado, contendo as principais reivindicações do setor.

Mais de 800 produtores rurais dos vales do Acre, Purus, Iaco, Envira e Tarauacá reuniram-se em Rio Branco em setembro de 2006, propondo um pacto cujas metas principais foi a criação de uma política agrária que garanta infraestrutura, assistência técnica, acesso ao crédito além de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia voltadas ao desenvolvimento da zona rural.

Para garantir o sucesso desse programa os trabalhadores rurais apresentaram ao governo do Estado a proposta de reforçar o capital comunitário, ou seja, estimular as cooperativas e associações de produtores a se organizar em ações coletivas não apenas na linha da produção, mas como sócios ou proprietários de agroindústrias para que tenham maior autonomia e sejam de fato beneficiados com parte da riqueza que estarão gerando nessas cadeias produtivas.

Neste cenário, associações e cooperativas dominariam totalmente cadeias produtivas de baixa complexidade como o florestal não madeireiro, mandioca, leite e a fruticultura. Mas teriam garantida sua participação como sócios em consórcios empresariais como o florestal-madeireiro, açúcar e álcool, biodiesel, especialmente naqueles em que haja envolvimento do capital público.

Na política agrária, os produtores defenderam que no Pacto Agrário, os novos assentamentos agro florestais só deviam ser realizados junto às estradas principais asfaltadas e em áreas já desflorestadas. Nas áreas de floresta só aconteceriam assentamentos para atividades de uso florestal.

A infra-estruturar deveria garantir um programa de mecanização rotativa para a agricultura, concluir o plano de eletrificação rural, garantir a trafegabilidade dos ramais e estradas secundárias, melhorar e ampliar a rede de armazenamento, além de garantir o transporte da produção de acordo com o desenvolvimento dessas cadeias produtivas.

Com relação à assistência técnica, os produtores exigiram que o corpo técnico fosse especializado conforme a necessidade da cadeia produtiva, além de que o técnico precisaria estar diretamente envolvido com o resultado final desse trabalho a fim de que haja um maior comprometimento dele com o sucesso da atividade.

Na área do ensino, ciência, pesquisa e tecnologia, os produtores exigiram que o ensino rural passe a ser profissionalizante introduzindo a iniciação científica através do método da alternância, cujo teor deve estar voltado para a cadeia produtiva com que o aluno e seus familiares estejam envolvidos, como por exemplo o setor leiteiro, não madeireiro ou a fruticultura. A idéia é a de que essa orientação seja iniciada no ensino fundamental e continuada pelos ensinos médio e superior, incluindo até a pós-graduação voltada à produção. Nisso, a Universidade Federal do Acre (UFAC) e instituições de pesquisa como Embrapa e Inpa, exerceriam papel fundamental.

Na área da saúde os rurais reivindicaram a associação do Programa de Saúde da Família (PSF) aos serviços de assistência técnica e às cooperativas com maior número de associados. Por fim, pediram a participação nos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Sócio Ambiental nas esferas estadual e municipal para que possam ajudar a definir os rumos do desenvolvimento sócio-econômico e produtivo do Acre.

Diante das propostas do Pacto Agrário, algumas implementadas satisfatoriamente pelo governo estadual, outras ainda dependendo de decisões do Executivo, os trabalhadores rurais do Acre, mobilizados nesta 17ª edição do Grito da Terra Brasil, apresentam abaixo sua pauta de reivindicações, um retrato da realidade do setor produtivo familiar do Estado do Acre.

1. POLÍTICA AGRÍCOLA

Abertura e conservação de ramais

Os trabalhadores rurais reconhecem o esforço que o governo do Estado, juntamente com INCRA, vêm fazendo nos últimos anos para manter os ramais em condições mínimas de trafegabilidade. Os investimentos do Pacto Agrário realizados pelo governo Binho Marques em asfaltamentos na zona rural, embora sejam obras de alto custo para a realidade do governo acreano, certamente foi uma contribuição importante para incentivar a produção e melhorar as condições de vida dos trabalhadores na agricultura familiar.

Mesmo reconhecendo os avanços, a realidade ainda se apresenta muito desfavorável para criar condições satisfatórias capazes de incentivar a permanências das famílias na zona rural, produzindo, gerando emprego e renda. Apesar das políticas públicas voltadas para o setor, o sentimento dos jovens ainda é o de migrar do campo para as cidades em busca de estudo, trabalho e melhores condições de vida.

O trabalho feito pelo governo do Estado todos os anos para manter os ramais abertos, vão além de sua capacidade financeira e operacional. Mesmo com a ajuda do governo federal aportando recursos por meio de emendas parlamentares apresentadas individualmente ou pela Bancada do Acre no Congresso Nacional, é necessário um conjunto de respostas mais eficazes e rápidas. Nesse sentido propomos:

- Melhorar a Política de Ramais garantindo o acesso o ano todo, inclusive no período do inverno amazônico; respondido
- Considerar o período apropriado para execução das atividades, bem como, priorizar a utilização de piçarra mento e infra-estruturar dos ramais para que se tenha uma via de trafegabilidade com qualidade e durabilidade; respondido
- Que os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTRs, Associações locais e Associações das Reservas Extrativistas– RESEX e Núcleos de bases façam a deliberação, o acompanhamento e a fiscalização na execução da Política de Ramais; respondido
- O Estado manter constantemente, por setores regionais, patrulhas mecanizadas para garantir a manutenção de todos os ramais durante o ano nas áreas rurais. Tal ação deverá ser em parceria com o Governo Federal nos projetos de assentamentos e com as prefeituras municipais nos ramais de cada município;
- Que seja criado um programa de conservação e manutenção das Vias de Acessos às comunidades rurais, através de abertura e limpeza de ramais, vazadouros, igarapés e rios; ; não respondido
- Dentro do programa de ramais realize serviço de manutenção dos ramais com a colocação do piche em base previamente preparada com piçarramento e areia;
- Que a política de Mecanização Agrícola (destoca, mecanização, calcario, açudagens, sementes, mudas de seringa e castanha etc.) seja ampliado e subsidiado para todos os municípios do Estado, inclusive em áreas

agroextrativistas. E seja deliberada, acompanhada e fiscalizada pelo Governo, STTRs e Associações; respondido

- Garantia de armazenamento e beneficiamento público para a produção da Agricultura Familiar nos moldes da antiga Cageacre; respondido
- Garantia de transporte da produção oriunda da Agricultura Familiar desde a unidade produtiva familiar ao armazém ou comércio. Onde o transporte seja coordenado pelos STTRs, Associações e cooperativas;
- Criação de espaço (feira, mercado) com logística para comercialização dos produtos da Agricultura Familiar; respondido
- Cumprir e fazer cumprir a lei de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER com qualidade e continuidade; respondido MAS NÃO ACONTECE
- Melhoria nas condições salariais dos técnicos agrícolas do serviço público conforme proposta do sindicato da categoria, com capacitação e estrutura física adequada ao atendimento; respondido
- Realizar convênios com o MDA/INCRA para financiamento às cooperativas e associações de produtores que já organizam suas cadeias produtivas para que possam contratar equipes de técnicos agrícolas próprios; NÃO RESPONDIDO
- Cumprir e fazer cumprir a lei de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER com qualidade e continuidade; respondido NA PRÁTICA NÃO ACONTECE.
- Garantir assistência técnica voltada aos princípios da Agroecologia para uma produção sustentável na Agricultura Familiar e Agroextrativista; respondido
- Que a ATER promova a organização social, política e econômica na Agricultura Familiar e Extrativista (produção para o acesso ao mercado, fortalecimento e empoderamento comunitário); respondido NÃO ACONTECE.
- Garantir a ATER voltada aos princípios da Agroecologia para uma produção sustentável na Agricultura Familiar e Agroextrativista; respondido NÃO ACONTECE.
- Que a ATER promova a organização social, política e econômica na Agricultura Familiar e Extrativista (produção para o acesso ao mercado, fortalecimento e fortalecimento da organização sindical rural, social e comunitária etc.); respondido NÃO ACONTECE
- Valorização dos profissionais - Extensionistas Rurais, através de capacitação, melhor remuneração, estrutura física adequada dentre outros, como incentivo para produtividade; respondido

INCENTIVO À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

- Fazer a política do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural - PROAMBIENTE atingir suas metas com valores, orçamentos e metodologia de implementação do plano plurianual; não respondido
- Que o Fundo Florestal e Proacre garantam recursos para dar continuidade às ações do PROAMBIENTE Polo Alto Acre; Fazer a política do Programa de

Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural - PROAMBIENTE atingir suas metas com valores, orçamentos e metodologia de implementação do plano plurianual; respondido

- Utilizar a lei da Economia Solidária do estado do Acre, também para organizar e fortalecer as cooperativas da Agricultura Familiar; Fazer a política do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural - PROAMBIENTE atingir suas metas com valores, orçamentos e metodologia de implementação do plano plurianual; respondido
- Potencializar e garantir a compra da produção da Agricultura Familiar pelas associações e cooperativas para o abastecimento da merenda escolar, conforme a lei das Boas Compras; Fazer a política do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural - PROAMBIENTE atingir suas metas com valores, orçamentos e metodologia de implementação do plano plurianual; respondido
- Intensificar a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal para os agricultores familiares e promover a certificação da unidade produtiva (redução do desmatamento e queima); Fazer a política do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural - PROAMBIENTE atingir suas metas com valores, orçamentos e metodologia de implementação do plano plurianual; respondido
- Criar Programas de Piscicultura e Recuperação de tanques e barragens para criação de peixes para os agricultores familiares e agroextrativistas; Fazer a política do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural - PROAMBIENTE atingir suas metas com valores, orçamentos e metodologia de implementação do plano plurianual; respondido
- Ativar as fábricas de despulpamento e beneficiamento de frutas da Regional do Alto Acre, e criar novas agroindústrias em outras regiões com potencial;
- Fornecer Kits agrícolas para a produção de farinha, frangos, horticultura, fruticultura e criação de pequenos animais; respondido
- Que a carteira de identificação do agricultor familiar seja instrumento de agilidade no atendimento público em todos os setores (hospitais, bancos, secretarias municipais e estaduais, dentre outras); respondido
- Reativar o FORUM ESTADUAL DA TERRA para acompanhar e deliberar sobre a política de Reforma Agrária do estado do Acre; não respondido

Extrativistas

- Queremos energia convencional ou alternativa para todos os agricultores familiares e populações tradicionais (extrativistas, indígenas, ribeirinhos) moradores nas Reservas Extrativistas e áreas não regularizadas do Estado do Acre; respondido
- Que o governo articule a política do PRONAF Floresta seja na modalidade AF, com taxas de juros de 1% anual mantendo a carência de 8 anos com as instituições financiadoras; respondido
- Que todas as famílias que tem acesso à entrega do látex para a Fabrica de Preservativos Masculino de Xapuri - NATEX sejam contempladas com todos os benefícios previstos no programa; respondido

- Que seja garantido o direito de inclusão e atendimento humanitário ao cidadão - produtor familiar rural acessar as Políticas Sociais (previdência social, saúde, educação, segurança, crédito etc.) nas instâncias municipal, estadual e federal; respondido
- Garantir o acesso ao Crédito Rural para as mulheres agroextrativistas; respondido
- Que todos os Extrativistas reconhecidos pela Reforma Agrária tenham o pleno direito de acessar a linha de crédito PRONAF A; respondido
- Incentivar a Cadeia Produtiva da fruticultura e avicultura nas Reservas Extrativistas; respondido
- Ampliação de famílias com produtos extrativistas, tais como: manejo madeireiro comunitário e certificado, e não madeireiro; respondido
- Que o subsídio do Governo estadual e Federal para os produtos extrativistas sejam fixos, independentemente do preço de mercado, ficando dividido em 1,50 (hum real e cinquenta centavos) para o Estado e 1,50 (hum real e cinquenta centavos) para o governo Federal, podendo ser reajustado conforme a necessidade, bem como, o produtor extrativista tenha o direito ao subsídio federal, estadual e municipal independente da quantidade da produção; respondido
- Que as instituições de pesquisa como universidades, Embrapa para melhorar as técnicas de extração do látex, a exemplo de inovações na coagulação do leite para transformação de folhas defumadas, etc, não respondido

Educação

- Que o governo garanta transporte escolar adequado para alunos de todos os níveis do ensino escolar rural; não respondido
- Criação de escola família agrícola nas regionais do Estado; não respondido
- Garantir com Institutos Federais e estaduais de educação tecnológica, e escolas técnicas, cursos que assegurem a ampliação ao acesso à escolaridade e formação profissional com bolsa de estudos; não respondido
- Garantir cotas nos cursos de licenciatura da UFAC, bem como, bolsas de estudo; não respondido
- Intensificar a criação de centro de inclusão digital no meio rural; não respondido
- Criação de casas de apoios para os estudantes rurais. não respondido

Saúde

- Realização do Programa Saúde Itinerante em todas as comunidades rurais, no mínimo a cada três meses, assegurando a qualidade do atendimento; não respondido
- Que volte os atendimentos itinerantes em todas as comunidades rurais, no mínimo a cada três meses, assegurando a qualidade do atendimento; não respondido
- Reativar os postos de saúde existentes nas comunidades rurais com condições de atendimento, isto é, com profissional capacitado, medicação, materiais e equipamentos; não respondido
- Que seja priorizado o atendimento médico para os produtores rurais nos postos de saúde e hospitais, sem limitação do número de atendidos; não respondido

Segurança

- Garantir a segurança pública nas áreas rurais, visando o combate a criminalidade (uso e tráfico de drogas, violência doméstica etc.); não respondido
- Continuação dos registros de armas para o caçador de subsistência familiar. não respondido

REGULARIZAÇÃO E ORDENAMENTO FUNDIÁRIO

A Questão fundiária no Acre apresenta peculiaridades inerentes à sua forma de colonização no final do século XIX. Desde aquela época os pequenos trabalhadores rurais (seringueiros) não têm direito legal à terra, restando-lhes a condição de posseiro. Recentemente o ex-governador Jorge Viana promulgou a lei de regularização de posses nos antigos núcleos coloniais que prevê o cadastramento, georreferenciamento do imóvel e emissão do título de domínio gratuitamente para áreas até 100 hectares desde que o posseiro tenha renda igual ou inferior a 10 salários mínimos mensais. Muitos posseiros deram entrada, mas o processo fica parado por conta das custas do geo. A iniciativa privada não cobra menos de R\$ 1 mil reais por cada ponto georreferenciado. Para cada lote é no mínimo 4 pontos totalizando despesas da ordem de R\$ 4 mil reais.

A regional do Baixo Acre é a que apresenta maior pressão sobre a floresta e também para a produção de alimentos por apresentar maior população do Estado. A regional também foi palco de lutas históricas pela posse da terra, com registro de incontáveis ocupações urbanas e rurais. Somando-se a este contexto as posses de ex-seringueiros que continuam morando no interior da floresta.

Uma problemática de ilegalidade fundiária para os pequenos agricultores familiares que os acorrentam em um ciclo vicioso de miséria. Por não terem documento da terra não podem pleitear financiamento nos bancos oficiais. Também não podem obter licenciamento ambiental para desmate ou exploração de atividade produtiva. Assim, estão condenados a continuarem à margem do processo de modernização em curso na agricultura local. Ficam sem poder contribuir nos índices positivos de geração de emprego, de produção e sujeitos às mazelas sociais, seus filhos só poderão contribuir com os índices negativos de desemprego, criminalidade e violência. E, contraditoriamente, estes posseiros têm contribuição substancial na produção de alimentos que abastecem Rio Branco – que comporta a maior população do Acre e de municípios circunvizinhos.

Uma das alternativas de regularização fundiária seria através das ações do Programa Terra Legal, onde o INCRA assinou com o Estado do Acre convênio nº 738380/2010 para regularização de posses numa área estimada de 1,800 milhões de hectares e orçado em cerca de R\$ 14 milhões. Elaborado a portas fechadas, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais –MSTTR não teve espaço para sequer dizer suas prioridades. Vai beneficiar apenas posseiros das Regionais Tarauacá/Envira e Juruá. Resta saber quando o Governo Federal vai repassar altas somas ao Acre para

beneficiar posseiros das regionais do Iaco, Alto e Baixo Acre. Será que depois de 30-20 anos lutando, nós trabalhadores rurais vamos ter que transferir o sonho da escritura da nossa terra para filhos e netos?

- Obtenção de terra para reforma agrária e regularização de áreas de posse; não respondido
- Urgência urgentíssima com instauração de uma força tarefa para titulação das áreas dos antigos núcleos coloniais em obediência à lei quanto à gratuidade de custas, principalmente do georreferenciamento, conforme preconizado na lei estadual sobre o tema; não respondido
- Rediscussão das áreas as serem beneficiadas com regularização fundiária nas ações do Programa Terra Legal, com respeito às prioridades apontadas pelo MSTTR; não respondido
- Governo adquirir áreas rurais, onde existem posseiros e transformá-las em assentamentos, respeitando-se os padrões dos seringueiros; não respondido
- Parceria do Tribunal de Justiça com cartórios para redução das taxas cobradas para registros e transferências de imóveis rurais. não respondido

OUTROS

- Que o programa minha casa minha vida seja estendido ao setor rural; não respondido
- Que garanta o subsidio da energia elétrica para as famílias inseridas nas Cadeias Produtivas (frango, suíno, hortaliça, piscicultura, FDL etc.); não respondido
- Readequação do preço do consumo de energia elétrica para os produtores familiares rurais; não respondido
- Garantia de espaço nos meios de comunicação para divulgação das ações rurais. não respondido

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Transformar a Escola da Floresta em escola específica para a formação de profissionais para o manejo comunitário e florestas cultivadas; não respondido
- Criar Escolas Técnicas Agropecuárias com foco nas principais cadeias produtivas da Agricultura Familiar, tais como: produção de grãos, suínos, caprinos, bacia leiteira. não respondido